

Senado ameaça controle de armas

» ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA
Sociólogo, ex-consultor da ONU e do Viva Rio, autor de *Armas para quê?* (Editora LeYa)



O Senado está para votar o Projeto de Lei (PL) 3723/2019 que acaba com o Estatuto do Desarmamento. Nossa lei de armas é respeitada a nível internacional, considerada democrática e eficiente, e serviu de inspiração para a reforma da lei de oito países. Segundo cálculo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 15 anos o Estatuto salvou a vida de 275.476 brasileiros. Um resultado espetacular. A medida mais eficaz já tomada para a redução das mortes por arma de fogo. Mas a gananciosa indústria de armas quer revogá-la. Vejamos algumas das propostas do PL e do seu relator.

O pretexto é “dar segurança jurídica para os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores)”, multiplicando o número de armas que podem comprar, permitindo-lhes adquirir até fuzil de guerra, fabricar munição própria e o direito de andar armados. A nossa lei proíbe o porte de arma, concedido apenas para quem está com risco de morte, tendo reduzido drasticamente os homicídios. Para burlar a proibição, o PL permite atiradores e caçadores andarem armados de suas casas até o local da atividade, com a desculpa de que, assim, não terão suas armas roubadas. Ora, na Argentina os clubes de tiro têm cofres, de forma que atiradores não ponham em risco os transeuntes.

Quanto a roubar suas armas, as verdadeiras armas esportivas são de pequeno calibre, não interessa ao assaltante. Mas, no Brasil, permite-se que atiradores usem até fuzis de guerra, armas não admitidas nas competições olímpicas, onde busca-se a precisão dos tiros de pequeno calibre, e não a potência. Resultado: podendo treinar com armas de grosso calibre, comprar até 60 armas por ano, e diante da possibilidade

de andarem armados, os clubes foram invadidos por hordas de milicianos, narcotraficantes e militantes bolsonaristas, para constrangimento dos verdadeiros esportistas. Os clubes de tiro viraram um grande negócio, tendo o seu número aumentado de 871 para 1.644, dobrando no governo Bolsonaro. Formam-se grupos paramilitares fortemente armados, dispostos a introduzir a violência na política.

Os verdadeiros CACs estão preocupados com essa invasão de sua categoria, que, com o tempo, será associada a delinquentes, como sucedeu no Reino Unido. Em 1996, um atirador esportivo, Thomas Hamilton, teve seu pedido de emprego negado em uma escola para crianças em Dunblane, Escócia. Revoltado, o atirador fuzilou 16 crianças de 5 e 6 anos. O choque levou a atividade de atirador esportivo a ser proibida, o uso de armas de fogo por civis foi banido em todo o país e a tradicional caça à raposa proibida.

O relator do PL incorpora a concessão do porte de armas para 12 categorias, como advogados, que nada têm a ver com CACs, revelando seu verdadeiro propósito. O coração do Estatuto do Desarmamento é a proibição de que civis andem armados e de que possam adquirir armamento de uso militar. O PL fere de morte a nossa lei ao abrir a porteira para meio milhão de CACs.

A CPI da Câmara sobre Tráfico Ilícito de Armas descobriu que instrutores de clubes de tiro produzem munição com máquinas de recarga e as vendiam, inclusive para o PCC. Na ocasião, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), órgão do Exército, declarou a necessidade de proibir essas máquinas para civis. Entretanto, o PL estende o seu uso dos clubes para os CACs.

O perigo se agrava ao constatarmos que munição recarregada não pode ser rastreada. Sem rastreamento não se teria chegado aos autores dos assassinatos da juíza Patrícia Acioli e da vereadora Marielle Franco. Outra proposta do PL acaba com a marcação de armas e munições, o que impedirá seu rastreamento em caso de crimes.

O PL quer que vigilantes privados usem armas de grosso calibre. A CPI sobre Desvio de Armas, da Assembleia do Rio, comprovou que uma das maiores fontes de armamento para o crime organizado são Empresas de Segurança Privada. Constatou que cerca de 10 mil armas tinham sido desviadas de algumas dessas empresas para o crime no Rio. Eram de calibre 38. Quer-se aumentar o calibre das armas a serem desviadas?

O senador Flávio Bolsonaro, que comanda a Bancada da Bala no Senado, disse: “Quer a prova real de que armas salvam vidas? O presidente da Ucrânia concedeu porte de arma para a população civil”. Seu oportunismo mistura guerra com política de segurança pública em tempo de paz. Segue o exemplo do pai, que também com a desculpa da guerra, pretende expulsar os indesejados índios de suas terras ancestrais pretextando a exploração de potássio. É uma característica do covarde atacar os frágeis, como se viu com o deputado “Mamãe Falei”, acosando ucranianas desesperadas, “fáceis porque são pobres”.

Segundo enquête IPEC, 88% dos brasileiros são contra o aumento do número de armas para os CACs. Desprezando essa vontade popular, os senadores podem atender à pressão da indústria de armas, aos falsos CACs, e condenar milhares de brasileiros à morte. Ou podem preservar nosso Estatuto do Desarmamento e votar pela vida!

Como a 5G vai levar internet para escolas municipais

» VANDERLAN CARDOSO
Senador pelo PSD de Goiás

Mais de 13 milhões de pessoas perguntaram ao Google: “Como a Rede 5G vai mudar a sua vida?”. Quando comecei a lidar com o tema também achava distante e frio, como qualquer outra novidade tecnológica. Mas, depois de ficar um ano e meio na presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, a CCT do Senado, aproximei-me muito do assunto e fiz parte da comissão para implantação da tecnologia 5G no Brasil. É uma das experiências mais enriquecedoras para quem gosta de inovação.

Quando se pesquisa s benefícios da 5G as primeiras respostas são a velocidade 20 vezes maior do que no 4G. Além de uma infinidade de possibilidades tecnológicas, essa velocidade possibilitará a comunicação de dispositivos máquina a máquina por meio da Internet das Coisas, a IoT. É a revolução tecnológica em curso no desenvolvimento de cidades e casas inteligentes, novas indústrias, agronegócio, telemedicina com cirurgias remotas cada vez mais precisas, no futuro carro autônomo e muitas outras inovações para facilitar a vida do ser humano. E expectativa é de mais desenvolvimento, mais empregos, mais renda e mais qualificação profissional.

Mas vale registrar um benefício que vai transformar também a vida de um público muito necessitado de inclusão tecnológica. Os estudantes brasileiros, seus professores e todos os profissionais da educação. O leilão do 5G garantiu o compromisso do poder público de conectar 85% das escolas até o ano de 2028. Dos R\$ 47,2 bilhões que

devem ser investidos pelas empresas privadas, R\$ 3,1 bilhões — o equivalente a 6,5% — vão para a área de educação. Essa é uma notícia alvissareira não apenas para as escolas, mas para toda a comunidade de um município.

O Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) é o responsável por supervisionar a destinação desses recursos (R\$ 3,5 bilhões) levantados com a venda de lotes na frequência de 26 GHz no leilão da 5G feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em novembro do ano passado. As empresas compradoras têm a obrigação de levar essa internet de alta velocidade a escolas públicas do ensino básico. O Gape vai mapear as escolas, suas necessidades e garantir conectividade aos alunos nos municípios brasileiros.

É inimaginável a diferença que isso fará na vida desses alunos, professores e diretores. Digo isso porque conheço o trabalho da mediação tecnológica no ensino a distância feita nos estados do Amazonas e de Rondônia. São estados onde os estudantes têm dificuldade de locomoção via terrestre e o programa foi implantado para que mais alunos tenham acesso a um conteúdo pedagógico de qualidade nas escolas ribeirinhas. Assim, as aulas são transmitidas ao vivo via-satélite, com recursos visuais e tecnológicos. Vale lembrar que não são aulas gravadas. As aulas são preparadas cuidadosamente por uma equipe multimídia, com recursos audiovisuais e interativos. Tudo para o aluno não perder a interação com o professor. Isso só

acontece porque o satélite garante essa transmissão das aulas ao vivo.

Muitos estados tentaram copiar esse modelo bem sucedido no Amazonas, mas ocorre que a transmissão via-satélite é um meio de alto custo para os governos estaduais e municipais. A chegada da Rede 5G, com esses investimentos em educação, vai mudar essa realidade na Região Norte e de todas as regiões do Brasil, que, mesmo antes da pandemia do novo coronavírus, necessitavam de um bom sinal para transmitir as aulas a seus alunos. Com um sinal de qualidade, as aulas poderão ser ministradas ao vivo e também acessadas depois de gravadas. Em muitos estados brasileiros, a comunidade escolar enfrenta essa dificuldade de acesso presencial à escola, seja com transporte rural, distância, barreiras geográficas, como acontece em Goiás, na Comunidade Kalunga (quilombolas) na região nordeste do Estado.

A pandemia do coronavírus mostrou ser possível amenizar essa distância, mas expôs a necessidade urgente de as escolas públicas estarem conectadas, e reduzir o abismo entre estudantes de baixa renda com os que têm condições de pagar internet rápida em casa. Com esse investimento, idealizado pela Frente Parlamentar de Educação do Congresso Nacional e abraçado pelo Ministério das Comunicações, a internet rápida nas escolas municipais quebrará essas barreiras geográficas e transformará a vida de milhões de famílias por meio da educação. Cabe a todos nós garantir que esse benefício chegue às comunidades mais necessitadas e mais distantes.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Tempo incertos

Quando, dois anos atrás, um leitor afirmou que não demoraria muito tempo para que a nossa tão desacreditada Justiça mandasse devolver todo o dinheiro que foi desviado pela turma petista da Petrobras e de outras estatais, assim como o dos fundos de pensão e de todos os locais onde essa gente raspou os cofres, teve gente que duvidou que tal audácia, mesmo vinda das altas Cortes do Olimpo, seria possível.

Depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, decretando a “descondenação” do artífice-mor do mensalão, tudo dentro da novíssima jurídica da era lulista, todo o resto desse capítulo, de nossa infame história, parece seguir seu rumo natural, ou pelo menos as estratégias que as altas Cortes traçaram para possibilitar que Lula volte a subir, com pompas e circunstâncias, a rampa do Palácio do Planalto.

Caso isso aconteça, com ele estarão subindo a tal rampa palaciana toda essa gente que participou, direta e indiretamente, do maior caso de corrupção visto na história do país. Com ele, virão ainda os mesmos meneios malandros dessa arte degenerada de fazer política, as mesmas táticas e artimanhas para sangrar o erário e todo um passado sinistro que se supunha ter encerrado, no momento em que as chaves da prisão desse personagem, deu três voltas na fechadura pondo fim à uma saga de crimes.

Alguns meses se passaram, tempo suficiente para a poeira do esquecimento começar a cobrir esse caso, e os ministros supremos, como era previsto, decidiram libertar Lula do catre e devolve-lo às ruas. Não as ruas, propriamente dita, porque nesse ambiente aberto e onde reina a voz solta da população, Lula não se atreve desfilhar. Isso, de certa forma, criou uma espécie de prisão para quem se gabava de ser o maior líder popular de todos os tempos. Lula vive hoje dentro de nichos fechados, onde só entra gente escolhida por ele. Nem nos aeroportos é visto. Lula é prisioneiro de suas aldrabices, resumindo sua existência ao mundo virtual das mídias sociais.

Aberta a caixa de Pandora pelo Supremo Tribunal Federal (STF), toda fumaça funesta ali contida vai se espalhando pelo ar, contaminando a todos, principalmente os operadores de Justiça, que, agora, vêm a Lava-Jato como um mal a ser imediatamente apagado das páginas de nossa história, para que as futuras gerações não vislumbrem a possibilidade de fazer renascer no Brasil os elementos básicos de toda e qualquer Justiça digna do nome. O fato é que a pari passu, todas as pegadas, ainda vivas, que levam às cenas dos crimes precisam ser desfeitas. Realizada essa tarefa suprema, resta, como seria óbvio, devolver aos pseudoinocentados e perseguidos políticos, todo o espantoso volume desse butim, orçado em bilhões de reais.

A eles, para que a justiça seja feita, nesses moldes que aí estão, caberão ter de volta toda essa dinheirama, para que assim se cumpra o ditado que diz que justiça pela metade não é justiça. Para começar esse estorno às algibeiras de origem, não as estatais ou aos cofres públicos, como seria correto num país decente, o STJ, que anteriormente havia condenado esse triste personagem, decidiu que a devolução dessa dinheirama deve começar pelo pagamento de uma indenização, feita pelo ex-chefe da Operação Lava-Jato, Deltan Dallagnol a ninguém menos do que ao próprio Lula, a quem chamou de chefe de quadrilha. Por sua aberração ficcional, só vendo aquele capítulo que mostra o criminoso Pinguim, como figura pública respeitável, perseguindo o Batman, numa trama às avessas e que parece anunciar um tempo de hienas.

» A frase que foi pronunciada

“É só cruzar as faturas que eu emiti com a contabilidade do PT para ver se a campanha de 2002 foi paga por dentro ou por fora.”

Duda Mendonça

Apoio

» Com participação na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), alunos do Colégio Militar do Recife precisam de muitas visualizações na internet para que os brasileiros conheçam o projeto. Veja no *Blog do Ari Cunha*.

Outro mundo

» Ambientes que eram seguros para se viver agora não são mais. O útero, que deveria ser o lugar mais cuidado pela sociedade virou terra de ninguém. Seres humanos são jogados no lixo. Escolas, onde os pais levam os alunos pelas mãos pensando no futuro, registram ocorrência de violência tanto físicas quanto psicológicas.

» História de Brasília

O senador Afonso Arinos representante do Brasil junto à ONU, como chefe de delegação, almoçou, ontem, sem protocolo, na Churrascaria do Lago. Tirou o paletó, pôs à mostra seus suspensórios pretos comeu frango com salda e tomou vinho Granja União Bonarda. (Publicada em 20/2/1962)